



À guisa de prefácio

Convidado para prefaciar este livro, pelo seu pioneirismo e importância no estudo da perspectiva junguiana do indígena no Brasil, Gambini optou por se associar a nós, autores, contribuindo para pensar o tema deste livro: Morte e o renascimento da ancestralidade indígena na alma brasileira. Eis aqui então um prefácio-capítulo!

Organizador

A identidade brasileira e seu drama oculto

A questão da identidade brasileira, fundamental para uma compreensão correta do nosso papel no presente visando a construção do futuro, deve ser colocada a partir da busca de sua verdadeira origem, ou seja, o reconhecimento da existência de uma *alma ancestral* do Brasil. E o que quer dizer isso? Quer dizer tudo aquilo que foi perdido no processo dito civilizatório que se instalou em nossa terra a partir do contato com o europeu.

A grande pergunta que devemos ousar fazer é: como será possível atribuir uma qualidade distintiva à nossa consciência coletiva moderna se desde seu nascedouro, no século XVI, uma dimensão preciosíssima não foi nela incluída por ter sido de imediato negada? Que efeitos essa negação eventualmente

ainda exerce sobre a contínua formação de nosso modo de ser, pensar e agir contemporâneos?

Nossa proposta é que essa condição histórica inicial seja corajosamente sentida hoje como uma imensa perda, e mais do que isso, como uma dissociação psíquica, como rachadura no cristal. Nossa consciência e nossa identidade foram construídas no plano da racionalidade utilitária, faltando, para completá-las, uma contrapartida intuitiva, sensível, racional/naturalista, que possa lhes restituir a base perdida desde o começo de um processo que já conta mais de 500 anos.

A reflexão sobre a questão aqui colocada exige a retomada de certos temas, imagens e símbolos que caracterizam a história brasileira, com a intenção de desdobrar um pouco essa certeza de que nossa identidade e nossa consciência estão incompletas, que lhes falta um chão e uma raiz, desconstruídas que estão de si mesmas. Vale a pena, portanto, retomarmos certas ideias e imagens que nos foram inculcadas desde os velhos bancos escolares e entendê-las pelo avesso.

A primeira delas a ser revista seria naturalmente a de que houve um descobrimento. Todos nós sabemos que essa afirmação é falsa e que o termo correto seria *invasão, ocupação, saqueamento*, e não *descobrimto* do Brasil. Mas de forma insidiosa essa palavra se infiltrou e fincou pé em nossa narrativa coletiva e em nosso imaginário dirigido, passando a gerar graves distorções na articulação interpretativa de fatos históricos. A palavra *descobrimto* obviamente emana certa aura fabulosa e encantatória. Quando estudávamos a formação de nossa identidade, já começávamos ouvindo uma história cinematográfica; a de que, à diferença de outros povos, a nossa é devida a um feito extraordinário, qual seja: ao fugir de calmarias letais, de mares de sargaços que prenderiam as

naus, intrépidos navegadores acabaram lançando âncora em terras nunca dantes visitadas... e que lá estavam à espera de que finalmente alguém se desse conta de que existiam... e que o fruto maduro lá estava para ser saboreado... e que nelas se plantando tudo dava...

Soubemos depois que esse filme era inventado, não passava de um recurso narrativo esperto para ocultar a incontida gana portuguesa de expansão, poder e enriquecimento e, pois, melhor era mantê-la velada, para que não levantassem suspeitas e lançassem frotas ao mar as rivais coroas europeias. Ter tudo sido por acaso, era, afinal, a melhor desculpa à mão. Ninguém teria abrigado intenções ocultas, tudo teria acontecido naturalmente, o trabalho forçado dos nativos, o corte da madeira vermelha, o desfrute das mulheres de longos cabelos sem nada que cobrisse suas vergonhas... como negar o fascínio desse conto da carochinha, como negar que isso aqui teria surgido por um fortuito golpe de mestre? Esse sabor de odisseia certamente nos distingue, nos enobrece, nos revela merecedores do favor da divina providência, nos faz parecer únicos, e personagens de uma história sem par. A ideia de descoberta remete à dádiva dos céus, com uma piscadela de Deus para os lusitanos, dando a entender que a terra, sua gente, seus céus, seus rios e cascatas e a bicharada toda nos foi graciosamente dada de presente, porque talvez fôssemos os preferidos dentre a inteira fraternidade cristã e esta terra, ou ilha, estava ali boiando nas ondas como tronco flutuante, ou imensidão que era de ninguém. E toda aquela gentarada nua na praia, sem nome, sem pertencimento e sem passado devia lá estar como peça do cenário, manipuláveis todos a gosto, e desprovidos de tudo, talvez sem nem saberem se poderiam continuar sendo o que haviam sempre sido.

Ao lado da ideia mítica de descobrimento e da tentação dela decorrente, da tomada de posse de algo jamais visto, verde, virgem e vago, ocorre no alvorecer de nossa história (que podemos hoje perceber como uma sequência notável de projeções) uma projeção-mor: a imagem de “paraíso”, que habitava a visão do europeu, exterioriza-se na descrição das praias brasileiras, que, em decorrência de um fenômeno psicológico tão antigo quanto o próprio homem, passam a revestir-se das qualidades daquele ambiente sonhado e irreal descrito no Gênesis, tudo parte de uma mentalidade católica e do imaginário fantasioso da época, notadamente devido ao forte apelo sensorial e erótico do litoral de Porto Seguro. Esse fenômeno psicológico inconsciente e coletivo está registrado nos documentos pesquisados por Sérgio Buarque de Holanda em seu clássico livro *Visão do paraíso*, bem como em várias cartas jesuíticas que tive ocasião de analisar¹, nas quais se lê algo como: “[...] se houvera paraíso na terra, o paraíso certamente seria aqui [...]”. A ideia também está presente na carta de Pero Vaz de Caminha, verdadeira certidão de nascimento das imagens que presidiram a tomada de posse do território “descoberto”.

Ocorre que a fantasia de paraíso não diz respeito apenas à beleza do trópico, sua luminosidade e temperatura, sua calma exuberância e à voluptuosidade que a visão de mulheres esplendorosamente nuas provocava. Sendo o Jardim do Éden o lugar das delícias, foi ele plantado pelo Senhor² para que o homem colhesse seus frutos e nele brincasse livremente até desobedecê-lo e comer o fruto proibido. Mas antes da expulsão, tudo é dado de graça, tudo é permitido, nele reina a total

1. Cf. nota 6.

2. Gn 2,8.

irresponsabilidade, todos os desejos podem ser satisfeitos. A *Terra Brasilis* é o lugar da fruição plena, bastando estender o braço e apanhar o fruto, a fêmea, a madeira cor de brasa, sendo além do mais permitido escravizar o braço indígena e encher os porões das caravelas de tudo o que interessar pudesse, de macacos a folhas de tabaco, de papagaios a pau-brasil, de banana a curumins. Para completar, o Papa Alexandre VI contribuiu com a bula que decretava não haver pecado ao sul do Equador, dessa forma liberando a sombra selvagem do branco cristão. Nessa nova terra ignota e “descoberta”, que não era de ninguém e que além do mais recebia a projeção do paraíso sobre si, constituiu-se dessa forma a matriz de uma consciência colonial para a qual é possível e desejável apropriar-se da cornucópia das riquezas e sugar para sempre, como eternos filhos que nunca crescem, o leite de um seio inexaurível.

Para sempre sim, porque a bíblica desobediência ao Senhor não foi denunciada e punida nem então, nem agora, nem nunca. Em termos cristãos empíricos, e não simbólicos, o que historicamente ocorreu foi a despudorada e hipócrita quebra dos princípios éticos cristãos elementares: o amor ao próximo, não roubar, não matar. Esse era o cerne da sombra do cristianismo, que nunca foi carregada por quem devia, mas projetada sobre os indígenas. A atuação impune da sombra europeia desde cedo se instalou, seja sob a forma inicial de escravização dos índios, ou da contínua e progressiva destruição das culturas indígenas e da natureza. A coleta, a extração e a extorsão são representadas pelo roubo do pau-brasil, roubo esse que simboliza o começo de nossa história moderna, que sobre ela deixará como rastro a lembrança de seu nome. O desfalque e o ataque às árvores são nossos sinais de batismo, como o é também a posse da mulher índia pelo branco

invasor, de cujo ventre nascerá, nas incisivas palavras de Darcy Ribeiro³, a *protocélula do povo brasileiro*: a concepção de um híbrido, o nosso João Ninguém, nunca saberá quem é, de onde veio nem para onde vai, porque nem pai nem mãe lhe servirão de espelho ou modelo de identidade.

Essa legitimação do ato de apropriar-se do bem não reconhecido como alheio, que a projeção permissiva de paraíso instituiu na mente do invasor, fez com que nossa *alma ancestral* se transformasse num mero objeto a ser também apropriado, caso algum valor lhe fosse atribuído, ou descartado, como de fato foi, como se não valesse nada. É aí que importa chegarmos em nossa reflexão.

Naquele momento de virada da história ocidental, que é o ano de 1500, ponto de encontro de dois contingentes distintos e complementares da humanidade, um processo de desenvolvimento anímico de dezenas de milhares de anos começa a encontrar seu fim. O nascimento do povo brasileiro coincide com o primeiro ataque à alma ancestral da terra. Esse ano marca um ponto de intersecção, em que algo principia e algo começa a ser extinto. O que é que começa a acabar, o que é a alma ancestral? Um conhecimento mesmo superficial, como o nosso, dos avanços que a pesquisa arqueológica vem realizando entre nós revela que a presença humana nas Américas não é apenas de alguns milhares, de 6 a 10 mil anos, como sempre se acreditou. A pesquisa e a datação de restos fósseis pelo processo de carbono-14, ou de pedras de fogueira por termoluminescência vêm fazendo esse limite retroceder cada vez mais no tempo. Logo teremos evidências científicas sólidas para discutir a tese

3. Especialmente o seu *O povo brasileiro – A formação e o sentido do Brasil* (São Paulo: Companhia das letras, 1995) e também *Teoria do Brasil* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972).

de que o território brasileiro já era habitado há mais de 50 mil anos⁴.

Nós brasileiros, que sempre fomos destituídos de ancestralidade e genealogia, podemos hoje nos orgulhar de que também nesta parte do globo despontou a consciência de que há milênios já existia um *nós* e uma *protofamília* brasileira. Localiza-se no sudeste do Piauí, o Parque Nacional Serra da Capivara, onde foram descobertos mais de mil sítios arqueológicos graças aos inestimáveis esforços da equipe liderada pela arqueóloga Niède Guidon⁵. Para restringir-me a apenas um desses sítios, o da Toca do Boqueirão da Pedra Furada, hoje internacionalmente famoso, foram lá encontradas evidências da presença humana no Nordeste do Brasil com uma sequência cronológica que vai de 48 mil a 6 mil anos do presente. Nas paredes das formações rochosas dessa serra, ao pé das quais foram encontrados vestígios de fogueiras, há pinturas fantásticas, sem igual em outros sítios espalhados pelo mundo, nas quais vê-se uma profusão de pessoas caçando, dançando, lutando, fazendo sexo em todas as suas variações, a dois, a três, a muitos, solitariamente também, mulheres parindo ao lado de animais, muitos animais, um homem itifálico ao lado de uma mulher e uma criança, e cenas jamais vistas em famosas cavernas europeias, como as de Lascaux e Chauvet, na França, ou de Altamira, na Espanha, como aliás em nenhuma outra pelo mundo afora⁶. A pedra de nossa terra

4. Hipótese defendida pela arqueóloga Niède Guidon, como veremos adiante.

5. MARTIN, G. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. Ed. Univ. da UFPE, 2013. • PESSIS, A.-M. *Imagens da pré-história – Parque Nacional Serra da Capivara*. Fumdam/Petrobras, 2003. • GASPAS, M. *A arte rupestre no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

6. DAMM, A. *Dawn of the human spirit*. United Exhibits Group/Unesco, [s.d.].

fixou as primeiras imagens da *protofamília* e da alma ancestral brasileira, fixou nossa aquisição da consciência de sermos *nós* desse nosso jeito erótico, coletivo, inventivo e animado de ser, ao lado de fascinantes representações de um ritual em que se vê uma árvore rodeada de gente de braços erguidos para o céu, ou desfilar em longos cortejos em que não faltam mascaramentos e coreografias. Podemos, portanto, dizer com certeza e precisão: a família, o pai, a espiritualidade, a dança, a música, o mito, o ritual, a arte e o transe alucinatório também foram criados no Brasil. As pinturas mais antigas são datadas em 12 mil anos antes do presente, com sobreposições contínuas por 10 mil anos seguidos, dessa forma permitindo a visualização temporal de como se cria uma identidade coletiva capaz de acender uma luz na consciência – como se aqueles ocupantes temporários dos abrigos aos pés das paredes pintadas reconhecessem: “Esses somos nós, nós somos assim”. Os arquétipos, hipótese de trabalho central na reflexão de Jung, também deixaram sua marca e criaram cultura e forma social no Brasil. Não estamos atrás de ninguém.

Que significado tudo isso pode ter para nós, hoje? Um significado profundo, que jamais mereceu a devida atenção e do qual nunca tiramos todas as implicações cabíveis. As grandes questões da humanidade de todas as épocas foram devidamente enfrentadas e solucionadas pelo homem proto-brasileiro daquele tempo imemorial; por exemplo, como sobreviver e atravessar a vida, como procriar, educar e garantir a subsistência da prole, como associar-se e definir parentesco, como criar regras éticas de convívio e distribuição de bens, como produzir as condições materiais de vida, como defender-se das intempéries, doenças e demais riscos à vida, como criar beleza, festa e canto, reza e mito, como explicar

o inexplicável, como entender o que diz a natureza, como achar graça na existência e poder falar de seu surgimento por meio de histórias e imagens, como comunicar-se com o semelhante, como honrar os ancestrais... Isso tudo constitui nossa alma ancestral; isso é o nosso grande, único e precioso patrimônio de sensibilidade.

Esses desafios foram todos enfrentados de maneira eficaz e inimitável no Brasil desde esse passado remoto, cada vez contabilizado em mais milhares de anos, e se traduziram na criação de centenas de culturas diversas, cada uma com sua organização social, seu território, seu povo, sua língua, sua mitologia, espalhando-se gradualmente por todo esse imenso território que séculos depois veio a ser “descoberto” como terra de ninguém. Os traços deixados foram poucos, porque a civilização tropical não é feita de blocos de pedra como a dos inúmeros povos andinos, notadamente os Incas, ou como as dos Astecas e Maias, mas de paus, palha, pena, timbira e taquara, esses e muitos outros materiais perecíveis. Não temos monumentos de pedra que contem nossa história, mas sim nossas imagens da alma nelas pintadas; temos nossos mitos sobre a origem de tudo e de nós mesmos, temos toda uma genealogia do espírito enterrada em nós.

O grande pensador da psique, Carl Gustav Jung, certamente diria que os principais arquétipos humanos também foram ativados e miticamente representados no que veio a ser o Brasil. Um arquétipo é uma predisposição para agir, conceber, imaginar ou sentir que antecede, na mente humana, a cultura e o aprendizado. Esse processo psíquico profundo se constitui por meio da história e do tempo. O arquétipo que estimula alguém ao comportamento heroico, por exemplo, é uma predisposição mental e instintiva que se estrutura acom-

panhando a evolução humana – e nós junguianos, quando estudamos o assunto, pensamos sempre em Gilgamesh, nas entidades do panteão iorubá, nos deuses babilônicos, persas, hindus e gregos, na sabedoria e nos oráculos orientais... É quase um hábito, ao nos defrontarmos com grandes ideias, nos voltarmos sempre para o hemisfério norte e nos reportarmos a uma tradição intelectual de autores, teorias, imagens e bibliografias que nunca nos incluem. Ora, os grandes processos constitutivos da mente humana também ocorreram no nosso solo, impregnado que era de alma antiga, trabalhada e sintetizada pelos milênios e que, portanto, configura um imemorial e transbordante inconsciente coletivo povoado de energias, imagens e sementes de cultura que acabam retratadas e imortalizadas em nossa prolífica mitologia e arte popular. Assim, cada história ou mito indígena é uma autorrepresentação da psique “brasileira” de todos os tempos a falar de si mesma, contando seu jeito de ser por meio da linguagem que lhe é própria, a das imagens, maneira pela qual a psique se expressa sempre, nos sonhos, nas fantasias, nas criações artísticas e culturais de todos os matizes.

O que temos, então, no plano histórico? Um processo que sumariamente negou a existência da dimensão anímica e que, ainda pior, operou eficazmente para destruir o que não era possível negar. Como já mencionado, estudei esse processo analisando a correspondência dos missionários jesuítas no século XVI para tentar entender o que a catequese dos indígenas representava psicologicamente⁷. Ou seja: não bastava que os índios adotassem certos comportamentos ou repetissem

7. GAMBINI, R. *Espelho índio* – A formação da alma brasileira. São Paulo: Axis Mundi/Terceiro Nome, 2000.

certas palavras, era preciso forçá-los a renegar sua identidade de origem. Os jesuítas foram mestres nessa obra de lavagem cerebral, especialistas que eram em macular de vergonha inocentes corpos nus, ou fazer povos profundamente religiosos confessarem que não acreditavam em nada – basta ler os relatos de viajantes, como o do francês Jean de Léry⁸, entre outros, para se perceber o grau de espiritualidade e elaboração religiosa a que chegaram os Tupinambá, os primeiros a ser estudados⁹. Não obstante, os jesuítas afirmavam que os índios não eram capazes de conceber a noção de divindade. Isso lhes forneceu um bom alibi para perpetrarem o perverso sincretismo de eleger Tupã como equivalente à figura do Deus cristão, quando é Monan-Máira e não Tupã quem ocupa o ápice da hierarquia sobrenatural. Quem acompanha com esse olhar crítico as cartas jesuíticas do século XVI pode claramente perceber como a alma indígena é sistematicamente solapada, exatamente porque a ela não é atribuído valor algum, além de ter que carregar o peso pesado da sombra dos próprios catequistas sobre ela projetada. Aliás, a palavra “alma” não é jamais usada, porque a discussão teológica da época consistia precisamente em discutir se os índios chegavam ou não a ter uma alma, posto que eram vistos como estando a meio caminho entre homens e animais. A posição predominante era de que não a tinham e que só por meio do batismo chegariam a tê-la. Portanto, o catequista sente que está fazendo um grande benefício espiritual ao índio quando o converte, pois assim este poderia evoluir de uma condição semianimal para

8. LÉRY, J. *Viagem à terra do Brasil*. São Paulo: Livr. Martins, 1941.

9. MÉTRAUX, A. *La Religion des Tupinambá et ses rapports avec celles des autres tribus Tupi-Guarani*. Paris: Leroux, 1928.

uma finalmente humana. Isso deixa clara a tremenda inflação psicológica dos missionários, que se atribuíam o divino poder de criar alma, como emissários que julgavam ser da entidade suprema. A consciência dita civilizada do século XVI não era capaz de atribuir o menor valor que fosse à cultura, ao psiquismo e à alma dos habitantes da terra. Essas dimensões humanas não chegavam sequer a ser percebidas como algo que de fato existisse. Era mesmo como se nossos ancestrais não fossem humanos. Portanto, nós brasileiros descendemos do nada.

A grande questão é que, queiram ou não alguns, somos fruto dessa árvore. Houve sim um processo evolutivo da espécie que estruturou na mente dos habitantes desses vastos territórios - teriam sido de 6 a 10 milhões na época da conquista, mas não existe cálculo preciso - um estilo de consciência, um modo de ser, pensar e agir, do qual somos portadores e representantes, admita-se ou não, e cuja conexão com um passado ainda vivo foi desfeita, dissociando-se daquilo que veio a tornar-se nossa identidade contemporânea, que mais parece folha caída da árvore, ave migratória que se desgarrou da formação. E perdeu o norte. Isso nos leva a um posicionamento cognitivo e imaginativo frente a nosso passado em que este ou é um nada ou é algo não identificável, uma vergonha ou um buraco negro, um atraso ou uma fumaça, uma fantasia de gente desocupada, rodaminho perigoso do qual é melhor afastar-se, porque ameaça a confiança de que se está no caminho certo. E não se está.

O drama que se oculta no passado do Brasil é, para muitos, algo escuso e inventado, para quem melhor seria não se falar mais disso, mudar de assunto e queimar os arquivos, como agora querem os propugnadores do retrocesso e da extinção dos povos indígenas, para que se complete o saque

e a conquista da terra iniciada com a chegada do primeiro colonizador. Apagar a história sempre foi uma estratégia de dominação. Ficaremos, então, com uma caricatura de falsas ocorrências para fazer a cabeça das crianças, com uma paródia canhestra para se evocar aquilo que poderia ter sido; ficaremos, assim, com a ideia de que afinal somos o produto de uma fusão biológica de raças e que, na nossa cultura de hoje, esse passado tornado espólio foi incorporado no clichê da famosa “contribuição indígena”, resumida à adoção de certas técnicas agrícolas, e do sapé, da rede, do pilão, da esteira, da panela de barro, da mandioca, do guaraná, do caju, do abacaxi, do mamão, do chá de erva, do curupira, da cobra grande, dos toponímicos em tupi-guarani, dos nomes de ruas e bichos, um pouco de folclore, um pouco de pele morena e de cabelo preto, alguns cocares e brincos, e acabou por aí. Deveríamos, então, com ufanismo proclamar: “Sim, tivemos uma fusão genética, que gerou aliás uma raça até que razoavelmente decente; tivemos um processo de assimilação cultural, um encontro de culturas...” – mas a verdade é que não houve alquimia alguma na psique, ou na consciência. Aliás, houve sim uma alquimia abortada antes de começar. O que de fato ocorreu foi a sobreposição de um estilo cognitivo e afetivo sobre outro, que ficou como que fossilizado.

Esse é o drama da formação da consciência brasileira moderna, e não podemos deixar de percebê-lo se almejarmos o aprofundamento e a evolução daquilo que nos tornamos por meio de um árduo trabalho de reparação e resgate, de reintegração de tudo o que foi rejeitado e dissociado. Os batalhadores da causa indígena lutam pela demarcação de terras, pelos direitos constitucionais dos povos nativos, pelo respeito que merecem, por sua cidadania, sua dignidade, pelo reconhe-

cimento nacional do Outro enquanto tal, sem que este precise deixar de ser o que é para poder ser aceito como integrante legítimo do povo brasileiro. Esta é uma luta em campo aberto, difícilíssima de ser vencida. Acima de tudo, é uma luta de sobrevivência.

Chegamos finalmente ao coração do problema. Se nos abirmos à recepção não preconceituosa do modo de ser indígena, e de tudo o que representa neste momento de crise de valores ditos modernos, estaremos trabalhando para introduzir em nossa consciência de hoje um padrão radical de alteridade, ao lado de uma lógica que nos é desconhecida, uma estética nova, uma espiritualidade muito superior à nossa, e uma sensibilidade, um modo de ser que ignoramos. Esta é a grande tarefa utópica para o século XXI brasileiro, esse nosso desafio alquímico, que parte da fusão inicial e percorre todas as etapas da transmutação dos elementos até chegar à quintessência, à última depuração da mistura, de onde brota a qualidade mais criativa e mais profunda de nossa alma brasileira. Isso, de fato, nunca ocorreu em nossa história e em nossos processos culturais. E somente algo dessa envergadura poderá nos tornar inteiros psíquica e historicamente, quando então descobriremos a plenitude, a verdade e a beleza de nossa identidade.

Foi para mim um grande alento a criação, por parte da Associação Junguiana do Brasil, de um grupo de trabalho para estudar a alma brasileira. No último congresso promovido em Bento Gonçalves pude presenciar a exposição dos trabalhos que agora vêm neste livro publicados, o qual tenho a satisfação de prefaciar. Não é comum assistir-se a um painel com

nove analistas debruçando-se sobre esse tema, cada um trazendo sua contribuição, e o conjunto de vozes e ideias soar como um coral polifônico executando em várias claves a mesma peça. O que ouvi (nos dois sentidos, o que era dito e o tom maior ou menor das vozes) era em algumas passagens um *Oratório* da espiritualidade indígena do Brasil, em outras um *Réquiem* doloroso quando se sentia o quanto a alma ancestral foi golpeada. Cada palestrante, com seu instrumento e sua partitura, foi levando o público a acompanhar, mente e coração, todo um roteiro temático do que aflige, do que enobrece, do que é possível, do que se passou, de como se pode pensar, de quão erroneamente já se pensou. O desfecho é uma tentativa ao real, tornar possível a utopia de manter intacta, digna, pulsante e criativa essa essência ancestral de nossa alma.

Roberto Gambini
Fevereiro de 2020.

Roberto Gambini é terapeuta junguiano há trinta anos, conferencista e ensaísta, formou-se em Ciências Sociais pela USP na década de 1960, fez mestrado em Ciências Sociais na Universidade de Chicago e, após lecionar Ciência Política na Unicamp, nos anos de 1970, partiu para uma formação em Psicologia Analítica no Instituto Carl Gustav Jung de Zurique. É membro da Sociedade Suíça e da Sociedade Internacional de Psicologia Analítica. Sua grande preocupação intelectual tem sido fazer confluír a psicologia junguiana e as ciências sociais. É autor dos livros *O duplo jogo de Getúlio Vargas*; *Outros 500*; *Uma conversa sobre a alma brasileira* (entrevistado por Lucy Dias); *Espelho índio – A formação da alma brasileira*, entre outros.

